

Nos EUA, economista brasileira agita debate sobre endividados

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

Washington — A economista Eliana Cardoso explicou para a sala lotada de banqueiros, diplomatas e economistas do Banco Mundial, do FMI e de empresas norte-americanas, que não se deve mais perguntar “se o Brasil pode pagar a dívida ou se deve, mas sim, se quer”. Então, acrescentou: “Não há vontade de se gastar 5% do PIB, todos os anos, para pagar os juros dessa dívida”.

A declaração agitou tanto a sessão do Brasil na Conferência sobre a Dívida em Países em Desenvolvimento, promovida pelo National Bureau of Economic Research, em Washington, que alguns observadores do Ministério das Finanças e da embaixada do Brasil comentaram, no final: “Alguns assistentes ficaram aterrorizados”.

Um desses assistentes insistiu em que “não estou persuadido de que o Brasil não possa pagar sua dívida”. Eliana Cardoso, da Universidade de Tufts, em Boston, repetiu o que já tinha dito, e mais: “Não há apoio político para o governo anunciar que vai dirigir o País de novo a um programa de austeridade”.

Como os bancos poderiam reagir? Foi a questão levantada para John Williamson, do Institute for International Economics. Pouco antes, Eliana Cardoso, casada com o economista Rudger Dornbusch, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, lembrara que os bancos continuam emprestando a quem não paga, ao longo da história, e que “não pensaram duas vezes para emprestar ao Brasil nos anos 70”.

Agora, a seu lado, John Williamson enumeraria, como primeira consequência, a suspensão imediata de crédito para o Brasil. Depois, o isolamento que o tornaria parecido ao Irã, obrigado a fazer suas transações in-

ternacionais indiretamente. E, por fim, o início de ações legais, que incluiriam o seqüestro de bens. “Os brasileiros que quiserem vir aos Estados Unidos, terão que desembarcar no Panamá”, lembrando que se um avião brasileiro pousar em território americano pode ser confiscado.

Williamson considerou que “é difícil imaginar que os países industrializados aceitem dar garantias para títulos da dívida brasileira”, que seria uma das condições para o programa de securitização apresentado pelo ministro Bresser Perelra em Washington, há duas semanas, e rejeitado bruscamente pelo secretário do

Tesouro norte-americano, James Baker. Para ele, seria como premiar um país por sua falta de pagamento, e isso daria o exemplo para os outros devedores do mundo.

A sessão sobre o Brasil da conferência sobre a dívida foi encerrada com um impasse: o governo brasileiro e os banqueiros não chegarão a nenhum acordo se não fizerem concessões mútuas. Passeando pelos salões do Hotel Westin, onde os três dias de reuniões estão sendo realizados, o vice-presidente do Banco Mundial, Shahid Husain, não quis falar das próximas negociações entre o Brasil e os bancos credores. Quando um repórter começou a lhe perguntar “se, do fundo do coração...”, ele cortou, e disse:

“Eu não tenho coração” e deu uma gargalhada quando ouviu o comentário de que “os brasileiros pensavam que quem não tinha coração era o FMI”. Antes de afastar-se, Husain desmentiu que tivesse enviado uma carta para o ministro Bresser Pereira sobre o seu plano de securitização da dívida.

UMA PIADA

A melhor descrição do papel do FMI, para o economista Jeffrey Sachs, da Universidade de Harvard, é uma piada: um homem caído, mas que consegue segurar-se em algo, grita aos céus perguntando se tem alguém lá em cima. Uma voz responde: você acredita em mim? Sim, diz o homem. Aí, a voz conclui: então, pode cair. Mas o homem volta a gritar por socorro: tem mais alguém aí em cima?

Este outro salvador, segundo Sachs, o organizador da conferência sobre os endividados, poderia ser o Banco Mundial. Enquanto ele não assume este papel, o FMI quer que seus clientes despenquem mantendo a fé absoluta em seus programas de austeridade.